



Número: **0002909-85.2017.4.01.3902**

Classe: **AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Santarém-PA**

Última distribuição : **13/09/2017**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0002909-85.2017.4.01.3902**

Assuntos: **Crimes da Lei de licitações**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (AUTOR)			
EDNILDO QUEIROZ DA CRUZ (REU)			
JAIME BARBOSA DA SILVA (REU)			
MANOEL FRANCISCO SILVA FAGUNDES (REU)		SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA OTONI (ADVOGADO)	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Polícia Federal no Estado do Pará (PROCESSOS CRIMINAIS) (AUTORIDADE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13659 86274	20/10/2022 12:58	<a href="#">Sentença Tipo D</a>	Sentença Tipo D



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

**Subseção Judiciária de Santarém-PA**

1ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Santarém-PA

SENTENÇA TIPO "D"

**PROCESSO:** 0002909-85.2017.4.01.3902

**CLASSE:** AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)

**POLO ATIVO:** Ministério Público Federal (Procuradoria)

**POLO PASSIVO:** EDNILDO QUEIROZ DA CRUZ e outros

**REPRESENTANTES POLO PASSIVO:** SIMONE APARECIDA DE ALMEIDA OTONI - PA6809-B

## **SENTENÇA**

### **I) RELATÓRIO**

Cuida-se da ação penal pública aforada pelo MPF em desfavor de EDNILDO QUEIROZ DA CRUZ, JAIME BARBOSA DA SILVA e MANOEL FRANCISCO SILVA FAGUNDES, em cujo seio imputa-lhes a prática do crime do art. 89 e parágrafo único, da Lei n. 8.666 de 1993, e do art. 1º, incisos I e II, do Decreto-Lei n. 201 de 1967.

Narra o MPF que, no ano de 2009, os imputados concorreram para a dispensa irregular de licitação levada a efeito no Município de Óbidos/PA, a qual objetava a contratação de empresa voltada à locação de veículos para diversas secretarias municipais, dentre elas a Secretaria Municipal de Educação, quando do mandato de Prefeito exercido pelo acusado JAIME. Aduz o denunciante, ademais, que, para tal desiderato, o acusado ex-edil teria direcionado a atuação do réu EDNILDO, à época Presidente do Comitê Permanente de Licitação Municipal, para que a empresa do acusado MANOEL fosse contratada, com o objetivo de possibilitar o desvio de recursos públicos, notadamente do FUNDEB, destinados àquele município, o qual contara, inclusive, com a complementação de verba da União.

Sustenta o *Parquet* que a sociedade contratada FAGUNDES & COELHO, de propriedade do réu MANOEL, além de não ter tido a mínima qualificação técnica para a



contratação, já que contava, somente, com 3 veículos, teria sido criada poucos meses antes da contratação, a saber, somente para fraudar o caráter competitivo da licitação pública.

Narra que os réus, após fraudarem o pregão presencial n. 010-2009, em cujo seio não houve licitante habilitado, fora firmada contratação direta com a sociedade do acusado MANOEL, por meio da dispensa de licitação n. 08-2009, no valor global de R\$2.253.000,00, montante o qual teria sido integralmente pago à contratada.

Sustenta o denunciante, ademais, que, além do evidente direcionamento da contratação, teria havido desvio de dinheiro público, já que, sem embargo da ausência de comprovação da efetiva locação dos veículos pagos pela Prefeitura, um deles, uma caminhonete L200 de placa 8090, estava sendo utilizado pelo Prefeito e pela primeira-dama da cidade, em especial para atividades partidárias e eleitorais, culminando com a apreensão do bem supostamente usado em atividade ilícita de compra de votos, em favor de um aliado político do Edil, o candidato a deputado federal EDILSON LIRA.

Por tais razões, o MPF pede a condenação dos imputados às penas cominadas nos crimes acima listados.

Nas fls. 93, do ID 343933847, consta despacho de notificação das partes para apresentarem defesa prévia, nos termos do art. 2º, I, do DL 201/67.

Notificado, nas fls. 102-108, o réu MANOEL apresentou defesa prévia, sustentando: inépcia da denúncia; ausência de dolo específico em causar dano, o que acarretaria a atipicidade do delito do art. 89, da Lei de Licitações.

Nas fls. 124-127, a DPU apresentou defesa prévia em nome dos réus EDNILDO e JAIME, refutando, genericamente, os termos da denúncia.

Denúncia recebida em 22-08-2017, nas fls. 129-131, do ID 343933847.

Citado, o réu JAIME apresentou resposta à acusação, nas fls. 146-162, alegando: inépcia da denúncia; inexistência de fraude no processo de dispensa de licitação; ausência de dolo de praticar o crime do art. 89, da Lei de Licitações, bem como de efetivo prejuízo ao erário, o que levaria à atipicidade da conduta; que o veículo encontrado em seu poder não se tratava de carro ofertado ao município, mas de contratação particular, sem que houvesse, assim, prejuízo ao erário; ausência de desvio de recursos.

Apresentou resposta à acusação, por meio da DPU, o réu EDNILDO, nas fls. 182-188 do ID 343933847, suscitando: inépcia da denúncia; licitude do processo de dispensa de licitação; desvinculação da caminhonete apreendida, em suposta atividade de compra de votos, dos bens objetos da contratação; ausência de justa causa para o recebimento da denúncia.

Já o réu MANOEL apresentou sua resposta à acusação nas fls. 194-202, do ID 343933847, alegando: inépcia da denúncia; ausência de resultado danoso ao erário ou de especial fim de agir de lesar, o que levaria à atipicidade do crime licitatório.

Pedido de absolvição sumária rechaçado por meio da decisão de fls. 206-208, do ID 343933847.



Em audiência, cuja ata consta nas fls. 07-09 do ID 343933862, foi ouvida a testemunha BENJAMIN JOSÉ COELHO e interrogado o réu MANOEL. Audiência em continuação, nas fls. 34-36 do mesmo ID, na qual o réu MANOEL foi reinterrogado. Por meio da carta precatória, fls. 61-63, do ID 343933862, foram ouvidas as testemunhas MODIBRIANE, RAIMUNDO e PEDRO, bem como interrogado o acusado EDNILDO.

Sem pleitos de diligências do art. 402, do CPP, o MPF apresentou suas alegações finais, nas fls. 79-91, do ID 343933862, pedindo a condenação nos termos da denúncia.

Nas fls. 96/102, do ID 343933862, a DPU apresentou alegações finais em nome de EDNILDO QUEIROZ, aduzindo e pedindo: ausência de prova de autoria do cometimento do crime do art. 1º, do DL 201/67; desclassificação do crime do art. 89 para o delito do art. 90, ambos da Lei de Licitações; aplicação da pena do art. 90, ante a suposta desproporcionalidade da penalidade cominada no crime do art. 89; aplicação da pena mínima.

Decretada a revelia do acusado JAIME, por meio da decisão que consta no ID 681690472.

Alegações finais dos réus JAIME (ID 957473654) e MANOEL (ID 959001194), em cujo bojo sustentam e pedem: desclassificação do crime do art. 89 para o delito do art. 90, ambos da Lei de Licitações; aplicação da pena do art. 90, ante a suposta desproporcionalidade da penalidade cominada no crime do art. 89; aplicação da pena mínima.

Em seguida, o feito veio à conclusão para sentença.

É o relatório.

**DECIDO.**

## **II) FUNDAMENTAÇÃO**

### **1) Crime do art. 89, da Lei n. 8.666/93**

#### **. Desclassificação para o delito do art. 90, da Lei de Licitações**

Consoante se constata na denúncia, aos réus foi imputada a conduta de, em seguida a um procedimento licitatório na modalidade pregão, em que houve fracasso, terem, em concerto, dispensado indevidamente a competição, realizando contratação direta, em proveito da sociedade FAGUNDES & COELHO, gerida, à época, pelo acusado MANOEL.

Assim sendo, ao revés do afirmado pelo DPU em suas alegações finais apresentadas em favor do réu JAIME, na verdade, o fim visado pelos acusados foi a contratação



direta, usando, como caminho criminoso, o pregão presencial fracassado que a precedeu.

Diante disso, não há que se falar em desclassificação da conduta apurada para o crime do art. 90, da Lei de Licitações, em detrimento da imputação originária do crime do art. 89.

Além disso, as figuras delitivas dos arts. 89 e 90, da Lei de Licitações, malgrado visem a proteção de bens jurídicos similares, foram diversamente tipificadas e apenadas pelo legislador, tendo ele entendido pela maior gravidade da conduta em contratar diretamente, dispensando ou inexigindo licitação, fora das hipóteses legais.

Desta feita, não é dado ao julgador, somente com esteio em suposto ferimento à proporcionalidade levada a efeito pelo legislador, ao tipificar e apenar certa conduta como mais grave do que outra, modificar sua previsão legal, aplicando a pena de um crime para outro.

Por isso, não acolho os pedidos de desclassificação do crime do art. 89, para o do art. 90, ambos da Lei de Licitações, bem como não acolho, também, o pedido de aplicação da penalidade cominada em um dos preceitos ao outro.

#### **. Materialidade e Autoria (Crime do art. 89, da Lei n. 8.666/93)**

Para analisar a materialidade do delito em apreço, importa colacionar a redação legal imperante à época. Vejamos:

*Art. 89. ~~Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade;~~ (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

*Pena ~~— detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa. —~~ (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

*Parágrafo único. ~~Na mesma pena incorre aquele que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, beneficiou-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público.~~ (Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Para a configuração do delito em testilha, dentre outras forma, a licitação deve ser dispensada fora das hipóteses previstas, ou, ainda, sem a observância das formalidades pertinentes.

Demais disso, malgrado haja divergência quanto à necessidade ou não de prejuízo ao erário decorrente da dispensa irregular, prevalente a orientação segundo a qual se exige, além do fim de causar tal prejuízo, também a efetiva comprovação do dano.

Nesse sentido:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. PREFEITO MUNICIPAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE. ARTIGO 1º, INCISO III, DO DECRETO-LEI 201/67. DESVIO OU APLICAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS E SEGUROS A CORROBORAR A ACUSAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. CRIME DO ARTIGO 89 DA LEI 8.666/93.*



DISPENSA DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO DE CAUSAR DANO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Apelação interposta pelo Ministério Público Federal contra a sentença que julgou improcedente a pretensão punitiva estatal e absolveu o réu José de Oliveira Silva da imputação da prática dos delitos previstos no art. 1º, III, do Decreto-lei 201/67 e do art. 89 da Lei 8.666/93, com base no art. 386, incisos II e III, do Código de Processo Penal. 2. Narra a denúncia que o acusado, José de Oliveira Silva, na condição de gestor do Município de Jacobina/PI, durante o exercício de 2012, aplicou indevidamente recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB, ao gerir tais recursos de forma irregular, contrariando os Decretos nº 6.170/2007 e nº 7.507/2011 e demais normas regulamentadoras do FUNDEB. Além disso, realizou o pagamento de prestadores de serviço e de fornecedores sem o devido procedimento licitatório e fracionou despesas relacionadas ao mesmo objeto irregularmente. 3. Crime previsto no art. 1º, inciso III, do Decreto-Lei 201/67. O magistrado a quo absolveu o réu tendo em vista não ter um juízo de certeza sobre o alegado desvio ou aplicação indevida das verbas públicas referentes aos recursos do Fundeb. Destacou que inexistem nos autos evidências de que os recursos do FUNDEB foram voltadas para finalidade alheia ao interesse da Educação Básica e que o MPF não apontou qual teria sido o efetivo gasto feito pelo acusado ao arrepio do interesse público ou da própria Educação Básica. 4. O relatório no qual se fundamenta a denúncia aponta irregularidades consistentes no fato de não terem sido apresentados documentos hábeis a comprovar a específica destinação dos valores, entretanto, o relatório não atesta que os valores teriam sido desviados. Como bem posto pelo juízo o que se verifica é a ?atecna do gestor público em transferir os valores do FUNDEB para a conta do próprio Município?, para depois realizar o pagamento com a verba de despesas relevantes para o desempenho da Educação Básica. 5. Não se verifica dos autos nenhum documento que indique que o acusado tenha desviado valores em proveito próprio ou alheio. Nem tampouco, pode-se inferir que as contradições relacionadas às notas fiscais e aos pagamentos evidenciam que o apelado desviou ou aplicou indevidamente as verbas públicas. 6. Assim, considerando que não ficou inequivocamente comprovada nos autos a conduta tipificada no inciso III do art. 1º do Decreto-Lei 201/67, não há como se formar um decreto condenatório. 7. Crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/90. Em que pesem os fundamentos da denúncia e do recurso de apelação, da análise do acervo probatório, conclui-se que a acusação não se desincumbiu do ônus de comprovar a deliberada intenção do réu em causar prejuízo ou mesmo obter algum favorecimento pessoal, a demonstrar o dolo específico exigido. **8. A jurisprudência tanto do Superior Tribunal de Justiça quanto deste Tribunal Regional já há muito firmou entendimento no sentido de que o crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/1993 exige, para que seja tipificado, a presença do dolo específico de causar dano ao erário e da caracterização do efetivo prejuízo.** 9. O MPF alegou que houve procedimento licitatório com fragmentação no tocante à contratação de viaturas para transporte de alunos e para os serviços na Secretaria de Educação como o transporte de merenda escolar e de material didáticos; bem como o pagamento no valor de R\$ 15.443,00 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e três reais), ao Posto Nova Esperança - Antônio José de Oliveira, sem que tenha ocorrido a instauração do devido processo licitatório ou de processo para a regular contratação direta. 10. No caso, ficou constatado, pelo acervo probatório colacionado aos autos, que foi realizado o procedimento licitatório, pela Secretária de Educação, para a contratação de veículos para a prestação de serviços com transporte escolar e de locação de veículo. No entanto, o referido certame não logrou êxito, uma vez que, à época, não existiam empresas constituídas e os donos das viaturas que se apresentaram não tinham as documentações exigidas que se adequassem às normas da Lei 8.666/93. 11. Diante das peculiaridades da situação e tratando-se de serviços prestados com objetos diferentes (trajeto a ser percorrido para o transporte de alunos), não há que se falar em prejuízo ao erário o fato de ter havido pagamento a 05 diferentes prestadores de serviços, sendo o menor valor de R\$ 1.200,00) e o maior de R\$ 2.346,00. Não há que se falar em fragmentação de despesas, mormente, porque razoável a alegação de que não havia no município empresa que conseguisse cumprir a prestação de serviço para todos os itinerários necessários. 12. Também não se pode falar em ausência ilegalidade no processo licitatório para contratação e pagamento do Posto Boa Esperança. O Ministério Público Federal não se desincumbiu de comprovar indícios de fabricação/montagem do procedimento que culminou na contratação do referido posto de combustível. O pagamento para o Posto Boa Esperança teve como base o processo de licitação nº. 06/2011, tendo a sua vigência para o período de 2011 até 2012. 13. O MPF sustenta que haveria indícios de fabricação/montagem do procedimento em razão de que uma série de atos [memorando; ofícios; autorização; despachos; memorial; parecer; aviso de licitação e minuta do contrato] possuírem a mesma data (18/05/2011); bem assim a ausência de publicação do certame em jornal diário de grande circulação. No caso, tais constatações não passam de irregularidades, não tendo ficado comprovada a intenção de causar dano



*ao erário ou obter vantagem indevida. 14. O objetivo do art. 89 da Lei 8.666/93 é sancionar o gestor público que tem a intenção de causar dano ao erário ou obter vantagem indevida, bem como daqueles que participam ativamente para a consumação da ilegalidade, beneficiando-se da dispensa ou inexigibilidade ilegal, para celebrar contrato com o Poder Público. No caso, depreende-se que ocorreu má gestão e falta de conhecimento técnico-profissional da administração do Município na época dos fatos. 15. Da análise do acervo probatório, verifica-se que não ficou demonstrada a presença do dolo específico, qual seja, a vontade livre e consciente de causar dano ao erário e a efetiva ocorrência de prejuízo aos cofres públicos. 16. No caso, o conjunto probatório constante dos autos não oferece elementos de prova hábeis a demonstrar, que o acusado teria praticado ou concorrido, consciente e voluntariamente, para a prática do delito em análise, não sendo, portanto, suficiente para ensejar a condenação. E nem poderia ser diferente, pois meros indícios, desprovidos de qualquer elemento de prova mais consistente, não são aptos a dar ensejo à condenação do acusado, parte apelante, resultando inevitável a absolvição, com supedâneo no princípio in dubio pro reo. 17. Apelação desprovida.”(ACR 0002343-87.2018.4.01.4004, JUIZ FEDERAL ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (CONV.), TRF1 - QUARTA TURMA, PJe 01/08/2021) Grifo Meu*

Passadas estas premissas, anoto que, por meio do compêndio probatório formado nos autos, comprovada a materialidade delitiva e autoria dos acusados, nos ditames a seguir explicitados.

Conforme se constata na justificativa para a dispensa de licitação n. 008/2009, lavrada pelo réu EDNILDO, que consta na fls. 63/64, do ID 343927381, o motivo para a dispensa seria o fracasso do Pregão Presencial n. 010/2009, pelo fato de que a única empresa que teria concorrido deixara de apresentar os documentos exigidos no edital, com arrimo no art. 24, V, da Lei 8.666/93.

Contudo, pelo que se constata nos autos do processo licitatório tido por fracassado (ID 343959395), em cotejo com os depoimentos coligidos, na fase inquisitorial e judicial, e com os documentos juntados, na verdade, teve-se o fraudulento direcionamento para que a contratação fosse realizada com a empresa do acusado MANOEL.

De fato, consoante se infere da ata do pregão em referência (fls. 111/112, do ID 343959395), apenas a empresa RAIMUNDO RENATO MARINHO DE OLIVEIRA- EPP - se apresentou para participar do certame, tendo sido, posteriormente, desclassificada.

Após o procedimento fracassado, o pregoeiro EDNILDO, ora réu, lavrou a justificativa para a dispensa, aprovada pelo então-Prefeito, o também réu JAIME.

Com isso, com o fito de contratar proposta compatível com o interesse público, teria consultado três outras empresas, a contratada FAGUNDES & COELHO, e outras duas outras locadoras, a LOCALIZA e a DACAR VEÍCULOS, cujas propostas se encontram nas fls. 68/80, do ID 343927381, escolhendo, segundo afirmou em juízo e na esfera policial, a primeira, por ter apresentado melhor proposta.

Porém, como se infere do ofício de fls. 151, do ID 343927381, a empresa DACAR, por meio de seu procurador, afirmou jamais ter participado de nenhum procedimento licitatório para a contratação de veículos no Município de Óbidos, deixando claro, em sua resposta, que nem ao menos atuava naquela região.

Com efeito, o representante da DACAR, BENJAMIN JOSÉ COELHO, ouvido como



testemunha, em juízo e na esfera policial (fls. 96, do ID 343927391), confirmou que a empresa não participou de processo de licitação, em 2009, no Município de Óbidos. Disse, ainda, que era somente ele quem representava a sociedade em licitações e não a pessoa que figurou como signatária da proposta que consta no Processo de Dispensa; por fim, afirmou que o documento teria sido falsificado.

Nessa linha, a pessoa que teria assinado, em nome da DACAR, o ofício contendo a proposta para a escolha da empresa a ser contratada por meio da dispensa, MARIA APARECIDA DE SOUZA, negou, em seu depoimento policial (fls. 106, do ID 343927391), que tenha assinado o citado documento, afirmando que a assinatura que nele constava era falsa.

Em suma, o réu EDNILDO fez uso de documento contrafeito, para justificar pesquisa de preço, a dar azo a contratação com a empresa beneficiada indevidamente, a FAGUNDES & COELHO, administrada pelo imputado MANOEL.

Além disso, ouvido no bojo do IPL (fls. 77, do ID 343927391), o representante da empresa LOCALIZA, DAYNE DE OLIVEIRA GONÇALVES, afirmou que, além de a empresa não ter participado de processo para a contratação com o Município de Óbidos, o ofício usado nem ao menos corresponde ao utilizado pela locadora e que a assinatura que consta, como sendo de CLÁUDIA PENA, não seria realmente dela. Esta última, também ouvida na seara policial (fls. 89, do ID 343927391), disse que jamais teria participado de processo de licitação em nome da empresa e que a assinatura aposta no documento, realmente, é falsa.

Sobre a montagem do processo de dispensa acima citada, o acusado EDNILDO, responsável pelo procedimento à época, quando ouvido no ILP, sustentou que três empresas teriam “adquirido” o edital, inclusive a LOCALIZA, o que está em contradição com os depoimentos dos representantes da referida empresa; ademais, não há no bojo do Pregão Presencial fracassado nenhum documento indicando que a FAGUNDES & COELHO ou a LOCALIZA teria participado do certame; disse, além disso, que não sabe “como teria aparecido” a documentação referente à proposta de empresa DACAR, a qual, como dito, não participou do processo, dizendo apenas que o ofício “apareceu em suas mãos”.

Disse, além disso, que conheceu o réu MANOEL, titular da FAGUNDES, somente quando da entrega de um veículo, depois da contratação.

Ademais, o réu EDNILDO, em juízo, afirmou que foi o réu JAIME, então-Prefeito, quem indicou a empresa de MANOEL para contratação, contradizendo a informação que constou em seu interrogatório policial, de que não seria sabedor de relação entre o Prefeito e MANOEL.

Nessa linha, ao ser ouvido perante a Autoridade Policial, pela primeira vez (fls. 258/259, ID 343927387), o acusado MANOEL disse que teria representado a sua empresa, quando da licitação, do Pregão fracassado.

Assim, com isso, se realmente participara do pregão presencial em nome da FAGUNDES & COELHO, ao contrário do afirmado pelo réu EDNILDO, teria tido contato com ele antes da contratação direta, em contradição com a informação passada por este último.

Disse, além disso, que, até 2011, a Prefeitura teria solicitado, somente, 3 veículos, os únicos que seu empresa teria adquirido, até então. Disse, além disso, que não teria sido contactado por ninguém da Prefeitura para participar do certame; e que, somente teria conhecido





o Prefeito JAIME, também acusado, quando alugara para ele uma L200, apreendida pela Polícia em atividade eleitoral, no ano de 2010; disse, por fim, que o contrato teria sido adimplido.

Já em sua segunda declaração policial (fls. 05/7, ID 343927391), o réu MANOEL disse que, após alguns dias da realização do pregão presencial, teria recebido um telefonema do, ao que lembrava, Presidente da Comissão de Licitação, o réu EDNILDO, para que apresentasse proposta; e que, negando seu relato anterior, teria conhecido o Prefeito quando da assinatura do contrato, e não quando da locação do veículo ao edil, para atividades políticas-partidárias; disse, além disso, que teria alugado 5 ônibus para a Prefeitura; que o carro que teria alugado ao Prefeito (L200 – placa 8090) não teria sido usado, por ter sido apreendido no mesmo dia; apresentou, na referida oportunidade, 3 contratos de locação de ônibus, para justificar o empenho e recebimento de valores que recebera da Prefeitura.

Por meio destes depoimentos, infere-se que os acusados MANOEL e EDNILDO se contradisseram, para afastar o evidente direcionamento da contratação em benefício da empresa do primeiro, a qual, como será abaixo demonstrado, não tinha lastro patrimonial e capacidade técnica mínima para assumir a contratação de locação de diversos veículos, ao valor total de mais de 2 milhões de reais.

De fato, mesmo negando relação anterior, ante a contrafação dos documentos em nome das empresas supostamente consultadas, DACAR e LOCALIZA, para justificar a contratação da FAGUNDES, como se tivesse o menor preço, ficou evidente que o réu MANOEL chamou, a pedido do acusado JAIME, a empresa do réu MANOEL, para contratar com o Município, sem que, ao menos tivesse frota a atender as demandas municipais, gerando evidente prejuízo aos cofres públicos.

Com efeito, ao ser reinquirido na seara policial (fls. 149/150, do ID 343927391), o acusado EDNILDO disse, primeiramente, que teria entrado em contato com as empresas LOCALIZA e FAGUNDES; mas, depois, retificou a informação dizendo que as propostas da LOCALIZA e da FAGUNDES teriam “aparecido em sua mesa” e que não sabia se teria havido fraude.

O acusado JAIME, ouvido na seara policial (fls. 247/248, ID 343927391), disse que o veículo apreendido, de propriedade do acusado MANOEL, sendo usado em campanha política, a seu comando, foi alugado por ele ao preço de 3 ou 4 mil reais. Disse, além disso, que o bem não teria sido usado em oportunidades anteriores.

Contudo, a pessoa que estava conduzindo a L200, a mando do acusado JAIME, MODIBRIANE BARROS SANTA ROSA, ouvido como testemunha na seara policial (fls. 149/150, do ID 343927381) e em juízo, afirmou que recebeu o veículo do então-Prefeito, o qual já usava o bem em proveito próprio, inclusive por meio de sua esposa, naquela época primeira-dama.

Assim sendo, pelo que se infere das provas coletas, a contratação direta foi realizada, sem justificativa para tal, pois não se pode considerar que o primeiro certame tenha sido fracassado, já que nem ao menos houve a apresentação da documentação das empresas que teriam adquirido o edital, dentre elas a contratada FAGUNDES. Além disso, o acusado EDNILDO, a pedido do Prefeito, o acusado JAIME, formatou a contratação direta, permitindo a dispensa indevidamente da licitação, em favor da empresa do imputado MANOEL, fazendo uso de documentos falsificados, para justificar a escolha da contratada, como se fosse empresa



capacitada, técnica e financeiramente, e tivesse apresentado o menor preço.

Porém, como se constata do contrato social da contratada FAGUNDES & COELHO (fls. 81/82, do ID 343927381), e empresa foi constituída menos de 4 meses antes da apresentação se sua proposta; tinha apenas 3 veículos, registrados em nome do acusado MANOEL, todos comprados, praticamente, após a assunção do objeto contratual; era, assim, nitidamente incapaz de cumprir a contratação, a qual exigia o fornecimento de diversos veículos - inclusive ônibus e caminhões – para todas as secretarias municipais de Óbidos.

Em juízo, ao ser questionado quanto a isso, o acusado MANOEL sustentou que, realmente, não tinha frota; não tinha garagem para a guarda dos veículos; recebia, mensalmente, como vendedor na empresa BIOMÉDICA (ligada a uma pessoa apontada como amiga do Prefeito - Sr. ARI) , pouco mais de R\$3.000,00.

Assim, ele não teria a mínima condição de executar o contratado, muito menos de adquirir os veículos.

Ademais, MANOEL, em juízo, afirmou que iria locando, no decorrer do contrato, veículos de moradores da própria cidade de ÓBIDOS, que seriam indicadas pelo própria Prefeitura, para sublocar para o Município. Em suma, não era ele que geria a contratação, funcionando, ao que todas as provas indicam, somente como “laranja”, para que o acusado JAIME administrasse os pagamentos.

O desconhecimento de MANOEL quanto ao contratação é tão evidente que, ao ser ouvido primeiramente em sede policial (fls. 258/259, ID 343927387), disse que todo o valor do contrato (mais de 2 milhões de reais) tinha sido pago.

Depois, questionado defronte às notas de empenho que justificavam, somente, o pagamento de, aproximadamente, R\$500.000,00, para o fornecimento de ônibus escolares, MANOEL confirmou que o valor pago tinha sido o apresentado e não todo o contratado.

Já em juízo, mesmo confirmando que o contrato não tinha sido totalmente executado, disse que jamais locara ou sublocara ônibus para a Prefeitura, sendo, porém, empenhados e pagos diversos ônibus, para uso do transporte escolar da cidade, em favor de sua empresa.

Assim sendo, reconstruindo o quadro-fático criminoso, a partir das provas apreciadas até então, teve-se a condução de um processo de dispensa irregular, com uso de fraude documental, realizado pelo réu EDNILDO (Presidente da Comissão de Licitação), contando com a condução do então-Prefeito, o réu JAIME, o qual não só assinou a dispensa de licitação e o contrato, como indicou a empresa contratada, representada pelo réu MANOEL, e, por fim, também usava uma das caminhonetes para fins político e familiar.

E mais, a dispensa de licitação foi realizada com o fim de desvio de numerário público, o que de fato ocorreu.

Com efeito, como dito alhures, foi pago à empresa de MANOEL a significativa quantia de mais de 500 mil reais, grande parte pelo fornecimento de ônibus escolares, como se infere das notas de empenho de fls. 118 e seguintes do ID 343927381. Porém, como ele mesmo afirmou em juízo, jamais locara ônibus para a Prefeitura, não tinha frota para tal, e, para tentar



justificar o valor pago, disse que sublocara os bens, na própria cidade de Óbidos, apresentado, somente depois de confrontado com as notas de empenho, contratos de locação de apenas alguns, sem firma reconhecida ou autenticação cartorária, em relação aos quais não se pode concluir a data de confecção (fls. 08/14, do ID 343927391).

Na mesma linha, teria, malgrado recebendo valor da Prefeitura, para fornecer veículos em favor da Cidade, ofertado uma L200 para o Prefeito e sua esposa, dizendo que teria sido baseado em uma "locação verbal", informação esta que está em total dissonância com as demais provas dos autos, até porque houve divergência até quanto ao preço desta locação, o réu JAIME disse que foi pago 3 a 4 mil e o réu MANOEL disse que o valor seria 5 mil, mas sem qualquer comprovação desta tratativa particular.

Assim sendo, também neste tanto, houve prejuízo ao erário público, na medida em que o Município pagava uma empresa, não se sabendo quanto e para que, para que ela franqueasse um dos veículos para uso político e pessoal do Prefeito, o que de fato ocorreu.

Assim sendo, o réu EDNILDO, como Presidente da Comissão de Licitação, em conluio com o acusado JAIME (Prefeito) dispensaram indevidamente licitação, causando prejuízo ao erário, incorrendo, assim, na figura do art. 89, caput, da Lei n. 8.666/93. Já o acusado MANOEL, como responsável pela empresa contratada, não somente concorreu para tal fim, como também, comprovadamente, beneficiou-se da dispensa e celebrou contrato público.

Diante disso, provadas a materialidade e autoria, impera a condenação dos três pelos crime do art. 89 e seu parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, na redação vigente antes do advento da Lei n. 14.133/2021.

### **1) Crime do art. 1º, I e II, do Decreto-Lei n. 201/67**

Quanto a esta imputação, cabe mencionar que não se configura a consunção deste crime com o delito do art. 89, da Lei de Licitação, porquanto protegem bens jurídicos diversos. Assim, mesmo que o delito licitatório tenha acarretado desvio de recursos, o agente poderá responder por aquele em concurso material com o peculato.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FRAUDE AO CERTAME LICITATÓRIO. TIPICIDADE. DANO AO ERÁRIO. INEXIGIBILIDADE. 1. A orientação dominante desta Corte Superior é no sentido de que o art. 90 da Lei n. 8.666/1993 estabelece um "crime em que o resultado exigido pelo tipo penal não demanda a ocorrência de prejuízo econômico para o poder público, haja vista que a prática delitiva se aperfeiçoa com a simples quebra do caráter competitivo entre os licitantes interessados em contratar, ocasionada com a frustração ou com a fraude no procedimento licitatório" (REsp n. 1.498.982/SC, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, 6ª T., DJe 18/04/2016) CRIME DE PECULATO. AUTORIA E MATERIALIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. 1. O Tribunal local, após aprofundada*



*análise dos elementos colhidos no curso da instrução criminal, concluiu que restou provada a materialidade e a autoria que dão suporte à condenação do réu pelo crime de peculato e, entender de modo diverso, no intuito de abrigar o pleito defensivo de absolvição do acusado demandaria o revolvimento no material fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias e vedada a este Sodalício em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. LICITAÇÃO. FRAUDE. PECULATO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. INAPLICABILIDADE. 1. Firmou-se neste Sodalício que "Reconhecida a autonomia dos desígnios do paciente e a distinção dos bens jurídicos tutelados pelas normas penais, evidencia-se, no caso, a inaplicabilidade do princípio da consunção, dada a ocorrência isolada dos crimes, o que torna a inviável a absorção de um delito pelo outro" (HC 415.900/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018). DOSIMETRIA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. CULPABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. 1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a pena-base pode ser exasperada pelo magistrado no seu exercício discricionário juridicamente vinculado, mediante aferição negativa dos elementos concretos dos autos a denotar maior reprovabilidade da conduta imputada. 2. A Corte estadual considerou desfavorável ao acusado para ambas as condutas imputadas, a vetorial da culpabilidade, diante da destacada função exercida pelo agente na empreitada criminosa por ser considerado um de seus principais artífices e beneficiários. 3. Agravo regimental desprovido. (AGRESP - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - 1728967 2018.00.51736-4, JORGE MUSSI, STJ - QUINTA TURMA, DJE [DATA:07/05/2019](#)). Grifo Meu*

No caso, como já demonstrado na fundamentação exposta no tópico acima, usando da dispensa de licitação irregular, direcionando a contratação em favor da empresa do acusado MANOEL, houve desvio de recursos públicos, já que, mesmo o Município de Óbidos tendo pago mais de R\$500.000,00, para o fornecimento de ônibus, a serem usados na frota escolar, a empresa nunca fornecera tais veículos.

Para tal fim, o Prefeito à época, o acusado JAIME, após participar da dispensa de licitação criminosa, realizou os pagamentos em favor de empresa de MANOEL, sem comprovação do destino público, pois, cabe ressaltar, este disse em juízo que jamais forneceu ônibus.

Além disso, um dos poucos veículos pertencentes ao acusado MANOEL, comprovadamente pago pelos cofres públicos, L200 (PLACA 8090), era usado pelo acusado JAIME e por sua esposa, para fins pessoal e político.

Em suma, os réus MANOEL e JAIME concorrem para a prática de desvio de numerário público e para o uso de bem destinado ao Município em benefício próprio do último.

Diante disso, ambos, inclusive o acusado particular, por conta do norma de extensão do art. 30, do CP, devem responder pelo delito do art. 1º, incisos I e II, da Decreto-Lei n. 201/67.

Contudo, no pertinente ao acusado EDNILDO, mesmo tendo tido ativa participação na dispensa de licitação indevida, como dito acima, não concorreu, com qualquer ato, para o desvio de numerário ou para o uso do bem citado, pois não efetuou nenhum pagamento ou efetivou qualquer outro ato de liquidação. Sua participação, ao que as provas coletadas demonstram, encerrou-se com a assinatura do contrato. Diante disso, no tocante a ele, a acusação não comprovou a autoria.

Dessa forma, quanto a este delito, impera a condenação, somente, dos réus MANOEL e JAIME.



### III) DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos contidos na denúncia, para **condenar** os réus EDNILDO QUEIROZ DA CRUZ, JAIME BARBOSA DA SILVA e MANOEL FRANCISCO SILVA FAGUNDES, qualificados nos autos, como incurso nas penas do crime do art. 89 e seu parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, com redação antes da Lei n. 14.133/2021; e, para **condenar**, somente, os réus JAIME BARBOSA DA SILVA e MANOEL FRANCISCO SILVA FAGUNDES, como incurso nas penas do art. 1º, I e II, do Decreto-Lei n. 201/67. **ABSOLVO**, quanto a esta última imputação, o réu EDNILDO QUEIROZ DA CRUZ, na forma do art. 386, V, do CPP.

Passo à aplicação da pena, para cada um dos réus, nos termos dos arts. 59 e 68, do CP.

#### **RÉU JAIME BARBOSA DA SILVA**

##### **a) Crime do art. 89, da Lei n. 8.666/93**

Na forma do art. 59, do CP, quanto a este crime, culpabilidade normal ao caso. O acusado não apresenta antecedentes. Nada a desabonar quanto à sua personalidade e sua conduta social. Nada a valorar quanto aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime; e, não há que se falar em comportamento da vítima.

Diante disso, fixo a **pena-base** em 3 anos de detenção.

Sem atenuantes, agravantes, causas de aumento ou de diminuição.

Assim sendo, a **pena definitiva**, quanto a este crime, permanecerá em **3 anos de detenção**.

Nos termos do art. 99, da Lei n. 8.666/93, fixo a pena de multa em 2% do valor do contrato (R\$2.253.000,00), a ser revertido em favor do Município de Óbidos/PA.

##### **b) Crime do art. 1º, II e III, do Decreto-Lei n. 201/67**



Nos termos do art. 59, do CP, a culpabilidade do acusado se mostrou elevada. Com efeito, ele, sem prejuízo de ter engendrado uma contratação direta, causando significativo prejuízo aos cofres públicos do Município de Óbidos e da administração federal, de forma acintosa, o referido e sua esposa faziam uso de um bem que deveria ser usado em proveito público, ostensivamente, inclusive para atividade político-partidária. Agora, não apresenta antecedentes, sem registro desabonar de sua personalidade ou conduta social. Motivos, circunstâncias e consequências próprios do tipo. Não há que se falar em comportamento da vítima.

Diante disso, fixo a **pena-base** para ele, quanto a este delito, em 3 anos de reclusão.

Não havendo atenuantes ou agravantes, causas de aumento ou diminuição, a **pena definitiva** quanto a este crime permanecerá em **3 anos de reclusão**.

### **c) Concurso Material e Regime Prisional**

As penas dos dois crimes devem ser somadas, na forma do art. 69, do CP, para fins de fixação de regime inicial de cumprimento, mesmo que penalidades de espécies diversas (reclusão e detenção), nos termos da orientação jurisprudencial do STJ (AgRg no HC n. 556.976/ES, Dje 14/08/2020).

Diante disso, fixo a pena final do acusado JAIME BARBOSA DA SILVA em **3 anos de detenção e 3 anos de reclusão**, as quais, somadas para os fins de fixação do regime inicial, alcançam o patamar de **6 anos de prisão**, devendo cumprir, assim, as penas em regime inicial **semiaberto**, nos termos do art. 33, §2º, "b", do CP.

Fica, também, condenado a pagar R\$45.060,00 (2% do valor do contrato), como pena de multa, a favor do Município de Óbidos/PA.

Diante do patamar de pena aplicado, incabível a conversão em restritiva de direitos.

**Concedo** ao réu o direito de recorrer em liberdade.

**RÉU MANOEL FRANCISCO SILVA FAGUNDES**



**a) Crime do art. 89, da Lei n. 8.666/93**

Na forma do art. 59, do CP, quanto a este crime, culpabilidade normal ao caso. O acusado não apresenta antecedentes. Nada a desabonar quanto à sua personalidade e sua conduta social. Nada a valorar quanto aos motivos, às circunstâncias e consequências do crimes; e, não há que se falar em comportamento da vítima.

Diante disso, fixo a **pena-base** em **3 anos de detenção**.

Sem atenuantes, agravantes, causas de aumento ou de diminuição.

Assim sendo, a **pena definitiva**, quanto a este crime, permanecerá em **3 anos de detenção**.

Nos termos do art. 99, da Lei n. 8.666/93, fixo a pena de multa em 2% do valor do contrato (R\$2.253.000,00), a ser revertido em favor do Município de Óbidos/PA.

**b) Crime do art. 1º, II e III, do Decreto-Lei n. 201/67**

Nos termos do art. 59, do CP, a culpabilidade normal à espécie. Além disso, não apresenta antecedentes, sem registro desabonar de sua personalidade ou conduta social. Motivos, circunstâncias próprias do tipo. Não há que se falar em comportamento da vítima.

Diante disso, fixo a **pena-base** para ele, quanto a este delito, em **2 anos de reclusão**.

Não havendo atenuantes ou agravantes, causas de aumento ou diminuição, a **pena definitiva** quanto a este crime permanecerá em **2 anos de reclusão**.

**c) Concurso Material e Regime Prisional**

As penas dos dois crimes devem ser somadas, na forma do art. 69, do CP, para fins de fixação de regime inicial de cumprimento, mesmo que penalidades de espécies diversas (reclusão e detenção), nos termos do orientação jurisprudencial do STJ (AgRg no HC n. 556.976/ES, DJe 14/08/2020).

Diante disso, fixo a pena final do acusado MANOEL FRANCISCO SILVA FAGUNDES em **3 anos de detenção e 2 anos de reclusão**, as quais, somadas para os fins de fixação do regime inicial, alcançam o patamar de **5 anos de prisão**, devendo cumprir, assim, as penas em regime inicial **semiaberto**, nos termos do art. 33, §2º, “b”, do CP.



Fica, também, condenado a pagar R\$45.060,00 (2% do valor do contrato), como pena de multa, a favor do Município de Óbidos/PA.

Diante do patamar de pena aplicado, incabível a conversão em restritiva de direitos.

**Concedo** ao réu o direito de recorrer em liberdade.

## **RÉU EDNILDO QUEIROZ DA CRUZ**

### **a) Crime do art. 89, da Lei n. 8.666/93**

Na forma do art. 59, do CP, quanto a este crime, culpabilidade normal ao caso. O acusado não apresenta antecedentes. Nada a desabonar quanto à sua personalidade e sua conduta social. Nada a valorar quanto aos motivos, às circunstâncias e consequências do crimes; e, não há que se falar em comportamento da vítima.

Diante disso, fixo a **pena-base** em **3 anos de detenção**.

Sem atenuantes, agravantes, causas de aumento ou de diminuição.

Assim sendo, a **pena definitiva**, quanto a este crime, permanecerá em **3 anos de detenção**.

Nos termos do art. 99, da Lei n. 8.666/93, fixo a pena de multa em 2% do valor do contrato (R\$2.253.000,00), a ser revertido em favor do Município de Óbidos/PA, qual seja em **R\$45.060,00**.

Ante o patamar de pena aplicado, possível a conversão em duas **penas restritivas de direito**, nos termos do art. 44, do CP, as quais fixo nos seguintes termos:

a) Prestação pecuniária no importe de R\$20.000,00, a ser revertida em favor de entidade a ser determinada pelo juízo da execução.

b) Prestação de serviço à comunidade em favor de entidade pública ou de assistência social, em número de horas correspondentes ao tempo de pena aplicada, a ser detalhada, também, pelo juízo da execução.





**Concedo**, assim, ao réu, o direito de recorrer em liberdade.

### **COMANDOS FINAIS**

Deixo de fixar valor mínimo para a indenização, nos termos do art. 387, IV, CPP, ante a falta de elementos para tal.

#### **Após o trânsito em julgado desta condenação:**

- a) Comunicar a Justiça Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF.
- b) Expedir guia de execução e/ou designar audiência admonitória, após a inserção dos dados quanto à condenação no SEEU.
- c) Comunique-se a Polícia Federal, para fins de registro.

**Intimar.**

Santarém, data da assinatura eletrônica.

**Felipe Gontijo Lopes**

**Juiz Federal Substituto**





Assinado eletronicamente por: FELIPE GONTIJO LOPES - 20/10/2022 12:58:37

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22102011533377500001354386455>

Número do documento: 22102011533377500001354386455